



## **Interdisciplinar Boundaries of Law Journal**

### **A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO ÂMBITO JURÍDICO**

<https://doi.org/10.23925/2596-3333.v1n1.70456>

RECEBIDO: 21.02.25

APROVADO: 20.06.25

**GABRIELA LOYANE FERREIRA<sup>1</sup>**

#### **RESUMO**

Este artigo aborda a importância da avaliação psicológica no âmbito jurídico, destacando a atuação do psicólogo nas instituições de justiça no processo de avaliação psicológica. O objetivo principal desta pesquisa é compreender a atuação do psicólogo, suas contribuições e desafios nesse cenário. Além disso, os objetivos específicos incluem uma revisão da literatura pertinente ao tópico, abrangendo conceitos, definições e processos associados a ele. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica de fontes recentes e relevantes. Os resultados indicam que a avaliação psicológica é fundamental para determinar a competência, sanidade mental, risco e periculosidade dos indivíduos, influenciando diretamente nas decisões judiciais. Destacaram-se a necessidade de padronização de instrumentos de avaliação e a formação contínua dos profissionais para garantir a validade e confiabilidade dos resultados. Conclui-se que a avaliação psicológica é indispensável no âmbito jurídico, pois, o psicólogo busca garantir decisões mais justas e embasadas cientificamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA; PSICOLOGIA JURÍDICA; CONTEXTO JURÍDICO.

<sup>1</sup> Formada em psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira, pós graduada pela Dalmass em Avaliação Psicológica. É Psicóloga efetiva na Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. Perita psicóloga no TJGO. Professora universitária.



## **Interdisciplinar Boundaries of Law Journal**

### **THE IMPORTANCE OF PSYCHOLOGICAL EVALUATION IN THE LEGAL FRAMEWORK**

#### **ABSTRACT**

This article addresses the importance of psychological assessment in the legal context, highlighting the role of psychologists in justice institutions in the psychological assessment process. The main objective of this research is to understand the role of professional psychologists, their contributions and challenges in this scenario. In addition, specific objectives include a review of the literature pertinent to the topic, covering concepts, definitions and processes associated with it. One methodology used was a bibliographic review of recent and relevant sources. The results indicate that psychological assessment is essential to determine the competence, mental health, risk and dangerousness of individuals, directly influencing judicial decisions. The need for standardization of assessment instruments and continuous training of professionals was highlighted to ensure the validity and reliability of the results. It is concluded that psychological assessment is essential in the legal sphere, as the psychologist seeks to guarantee fairer and scientifically based decisions.

**KEYWORDS:** PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT; JURIDICAL PSYCHOLOGY; LEGAL CONTEXT.

#### **1. INTRODUÇÃO**

A avaliação psicológica é um campo fundamental dentro da psicologia e desempenha um papel cada vez mais significativo no contexto jurídico. No que tange ao contexto jurídico, decisões críticas frequentemente dependem de uma compreensão aprofundada das características psicológicas dos indivíduos envolvidos. Sendo assim, a importância desse tipo de avaliação reside na sua capacidade de fornecer informações científicas e objetivas sobre o



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

estado mental dos envolvidos, algo crucial para a justiça. Além disso, a colaboração entre psicólogos e profissionais do direito é essencial para assegurar que as avaliações psicológicas sejam interpretadas e utilizadas de maneira adequada.

A partir desse contexto, tendo em vista a relevância da avaliação psicológica no âmbito jurídico, faz-se necessária a delimitação dessa linha de pesquisa, tornando justificável essa temática abordada a fim de abrir novas fronteiras de estudo e abordagem. Assim, a delimitação precisa da área de pesquisa é fundamental para direcionar uma análise mais aprofundada e detalhada, possibilitando uma compreensão mais completa e rica do tema em questão, pois explorar essa área pode trazer insights inovadores, expandir o conhecimento existente e enriquecer as abordagens atuais.

Desse modo, a presente pesquisa pretende examinar a importância da avaliação psicológica no âmbito jurídico, a partir do seguinte questionamento: qual a atuação do psicólogo nas instituições de justiça no processo de avaliação psicológica? E, como principal hipótese, tem-se que o psicólogo atua de forma ativa e pautado pela ética, dispondendo de um papel fundamental ao fornecer análises e laudos que auxiliam nas decisões judiciais e realizando observações comportamentais detalhadas para avaliar o estado mental e emocional dos indivíduos envolvidos em processos legais, por meio da avaliação psicológica. Assim sendo, acredita-se que a contribuição da psicologia nesse contexto é ampla e abrange diversos aspectos legais e psicológicos.

Com base no que foi discutido, o objetivo principal desta pesquisa é compreender a função do psicólogo, suas contribuições e desafios nesse cenário, bem como a importância da avaliação psicológica no âmbito jurídico. Além disso, os objetivos específicos incluem uma revisão da literatura pertinente ao tópico, abrangendo conceitos, definições e processos associados a ele.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica. Essa abordagem visa aprofundar a compreensão da temática em questão e fornecer respostas para a pergunta-problema levantada, por meio da análise qualitativa dos artigos de destaque, encontrados nas principais bases de dados, como Scielo, Pepsic e Google Acadêmico.



## **2. REVISÃO DE LITERATURA OU DOCUMENTAL**

### **2.1 Avaliação psicológica**

Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2019), a avaliação psicológica é uma prática essencial no campo da psicologia que se dedica à coleta e interpretação de dados sobre o comportamento humano. Essa prática se consolidou no início do século XX, com a criação de testes psicológicos padronizados que permitiam a avaliação de habilidades, traços de personalidade e outras características individuais. No contexto jurídico, a avaliação psicológica adquire uma importância especial, pois fornece subsídios técnicos e científicos que auxiliam na tomada de decisões judiciais, garantindo uma análise objetiva e imparcial de aspectos comportamentais relevantes para a justiça.

[...] avaliação psicológica é, antes de tudo, um meio de apreciar a presença no mundo material, do vivido, um modo de apreensão das realidades objetivas e subjetivas que tocam os fenômenos psíquicos nas suas dimensões antropológicas. (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 19).

Acerca dos métodos utilizados na avaliação psicológica, Hutz (2015) discorre que os métodos variam conforme o contexto e as questões específicas que precisam ser respondidas. Entre os métodos mais comuns estão as entrevistas clínicas, que permitem uma exploração profunda das experiências e comportamentos do indivíduo, e os testes de personalidade, como o MMPI (*Minnesota Multiphasic Personality Inventory*) e o *Rorschach*, que ajudam a identificar traços de personalidade e possíveis transtornos mentais. Além disso, avaliações neuropsicológicas podem ser usadas para avaliar funções cognitivas e a presença de danos neurológicos.

Bueno e Peixoto (2018) relatam que a avaliação psicológica é fundamental para diversas áreas da psicologia e outras disciplinas. Na psicologia clínica, auxilia no diagnóstico e tratamento de transtornos mentais. No contexto educacional, identifica necessidades especiais de aprendizagem e orienta intervenções pedagógicas. No ambiente organizacional, é utilizada para seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoal. No contexto jurídico, fornece informações cruciais para a tomada de decisões judiciais, como a determinação da capacidade



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

mental e a avaliação de risco de reincidência criminal. Dessa forma, comprehende-se que a avaliação psicológica é imprescindível para todos os contextos da psicologia.

### 2.2 Psicologia Jurídica: histórico e evolução

Compreender o histórico e a evolução da psicologia jurídica é fundamental para responder os objetivos propostos por essa pesquisa. Desse modo, a psicologia jurídica, também conhecida como psicologia forense, tem suas raízes no final do século XIX, quando os primeiros psicólogos começaram a se interessar pelas questões legais e a aplicar seus conhecimentos em contextos judiciais. Inicialmente, a disciplina se desenvolveu timidamente, com alguns estudiosos explorando a credibilidade das testemunhas e a sanidade mental dos acusados. Esses primeiros passos foram cruciais para estabelecer a relevância da psicologia no âmbito legal (Helfgott; Wallenborn, 2022).

Já no início do século XX, esse campo começou a ganhar um reconhecimento mais formal, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Um marco que possibilitou tal reconhecimento foi a publicação de trabalhos científicos de alguns autores. Em 1908, Münsterberg publicou *On the Witness Stand*, onde argumentava sobre a importância da psicologia no entendimento de questões legais, como a confiabilidade das testemunhas oculares e a confissão sob coerção. Seus estudos trouxeram à tona a necessidade de uma abordagem científica para resolver problemas legais (Weiner; Otto, 2014 *apud* Borsa, 2016).

Conforme Grisso (2019), durante as décadas seguintes, a psicologia jurídica continuou a evoluir, influenciada por desenvolvimentos tanto na área da própria psicologia quanto do direito. Nos anos 1950 e 1960, o campo se expandiu significativamente com a criação de programas acadêmicos especializados e a formação de profissionais dedicados à psicologia forense.

Os autores relaram que, a partir dos anos 1970, a psicologia jurídica começou a se consolidar como uma área essencial dentro dos sistemas de justiça. Estudos sobre a competência para ser julgado, a avaliação de risco de reincidência e o impacto psicológico de eventos traumáticos em vítimas de crimes se tornaram cada vez mais comuns. A década de 1980 marcou um período de intensificação da pesquisa e prática, com psicólogos forenses



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

sendo chamados para participar de casos de alta relevância, fornecendo testemunhos especializados e avaliações psicológicas detalhadas (Neal; Grisso, 2014).

Segundo Goldstein (2019), nos anos 1990 e 2000, a psicologia jurídica expandiu ainda mais suas fronteiras, integrando novas tecnologias e métodos de avaliação. O uso de técnicas avançadas de neuroimagem e o desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicológica mais precisos contribuíram para a sofisticação das análises realizadas por psicólogos forenses. Além disso, a colaboração interdisciplinar entre psicólogos, advogados e outros profissionais do direito se tornou mais comum, promovendo uma abordagem mais holística para a resolução de questões judiciais.

Atualmente, a psicologia jurídica é reconhecida como uma disciplina vital para a administração da justiça, tendo em vista que psicólogos forenses desempenham um papel crucial em diversas etapas do processo judicial, desde a investigação inicial até a determinação de sentenças e medidas socioeducativas. Desse modo, sua expertise é utilizada para avaliar a sanidade mental de réus, a credibilidade de testemunhas, e as capacidades parentais em casos de disputa de custódia, dentre outras questões (Dourado; Silva, 2016).

Ainda, a psicologia jurídica, na atualidade brasileira, tem se destacado pela sua contribuição essencial para o sistema de justiça, proporcionando avaliações e intervenções que são fundamentais para decisões judiciais informadas e justas. De acordo com Vasconcellos e Lago (2022, p. 123):

A psicologia jurídica no Brasil evoluiu significativamente nas últimas décadas, consolidando-se como uma área indispensável para a compreensão e intervenção nos contextos legais. Os psicólogos jurídicos atuam em diversas frentes, incluindo a avaliação de testemunhas, vítimas e acusados, a mediação de conflitos familiares e a prestação de assistência a menores em situações de vulnerabilidade. Essa diversidade de atuação exige dos profissionais um rigor científico e uma ética exemplar, garantindo que suas contribuições sejam válidas e confiáveis para o contexto jurídico.

Assim, de forma concisa, a evolução da psicologia jurídica reflete uma trajetória de crescente integração entre as ciências psicológicas e o sistema legal. Desde seus primórdios modestos até seu status atual, como uma disciplina respeitada e indispensável, a psicologia jurídica continua a contribuir de maneira significativa para a justiça, oferecendo *insights* valiosos e baseados em evidências sobre o comportamento humano.

### 2.3 Avaliação Psicológica no Contexto Jurídico



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

A avaliação psicológica no contexto jurídico é um campo que combina a ciência com a prática aplicada, fornecendo materiais para decisões judiciais. Conforme apontam Neal e Grisso (2014), essa prática visa entender as capacidades mentais, emocionais e comportamentais de indivíduos envolvidos em processos legais, auxiliando na determinação de sua responsabilidade e aptidão para atos jurídicos. No Brasil, essa prática tem evoluído e se consolidado, com importantes contribuições de pesquisadores e profissionais da área.

Primeiramente, a avaliação psicológica no contexto jurídico deve ser realizada por profissionais qualificados que possuam não apenas conhecimento técnico, mas também um profundo entendimento das questões éticas. A ética é crucial, pois garante a confidencialidade, a imparcialidade e o respeito aos direitos dos avaliados (Jusbrasil, 2023). Assim, em sua prática, o psicólogo utiliza uma combinação de entrevistas, testes padronizados e observações, escolhendo os métodos mais adequados com base nas especificidades de cada caso.

Conforme a *American Psychological Association* (2017 *apud* Conselho Federal de Psicologia, 2019), a escolha dessas ferramentas deve ser criteriosa, garantindo que sejam adequadas ao contexto da avaliação e às características da população avaliada. Desse modo, a validade e a confiabilidade dos instrumentos são aspectos essenciais, pois garantem a precisão e a utilidade das conclusões.

Dantas, Saavedra e Cristina Marques Martins (2015) discorrem que no contexto jurídico, a avaliação psicológica pode abranger diferentes áreas, como a avaliação de capacidade civil, guarda de crianças, violência doméstica, entre outras. De acordo com as autoras, a escolha dos métodos e técnicas deve ser adaptada às particularidades de cada situação jurídica, sempre buscando a maior precisão possível nas conclusões apresentadas.

Além disso, a prática da avaliação psicológica jurídica no Brasil é regulamentada por diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas específicas para garantir a qualidade e a ética das avaliações. É importante que os psicólogos estejam familiarizados com essas diretrizes e as apliquem rigorosamente em sua prática profissional (Jusbrasil, 2023).

Ainda, Goldstein (2019) salienta que interdisciplinaridade é outra característica fundamental da avaliação psicológica no âmbito jurídico. Os psicólogos frequentemente colaboram com outros profissionais, como advogados, assistentes sociais e médicos, para



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

fornecer uma visão holística e integrada dos casos. Goldstein (2019) enfatiza a importância dessa abordagem colaborativa, que permite uma compreensão mais abrangente das questões legais e psicológicas envolvidas.

Dessa forma, torna-se compreensível que os fundamentos da avaliação psicológica, no contexto jurídico brasileiro, envolvem uma combinação de conhecimento técnico, práticas éticas rigorosas e uma aplicação contextualizada das técnicas de avaliação. Os psicólogos que atuam nessa área desempenham um papel vital na facilitação da justiça, contribuindo com suas análises detalhadas e imparciais para o esclarecimento de questões complexas no âmbito jurídico.

### 3. METODOLOGIA

A investigação em análise é um estudo qualitativo de natureza bibliográfica. Este método fundamentou-se na análise de materiais relevantes ao tema escolhido. O objetivo primordial foi abordar a pergunta central e concretizar os objetivos preestabelecidos. Nesse contexto, foram utilizadas referências de diversos especialistas reconhecidos na área, conforme ressaltam Gil e Vergara (2015).

Conforme Carvalho (2021), a análise qualitativa possibilita investigar conceitos, teorias, abordagens e exposições de diferentes autores disponíveis com publicações importantes nesse campo de estudo, que permitam compreender o fenômeno a ser estudado.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Vergara (2007, p. 48) discorre:

A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

A coleta de dados se efetuou mediante a busca de estudos nas bases de dados de renome, como Scielo, Pepsic, PubMed e Google Acadêmico, além da consulta a livros e periódicos especializados.

A seleção das fontes foi baseada em sua relevância para o tema e no período de publicação, priorizando-se obras dos últimos 10 anos para garantir a atualidade das



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

informações, utilizando palavras-chave como "avaliação psicológica", "psicologia jurídica" e "contexto jurídico".

A partir disso, foram selecionados os materiais que serviram de alicerce teórico para esta investigação. Esses estudos forneceram as bases necessárias para abordar e compreender o tema proposto na introdução deste estudo, satisfazendo, assim, a questão central e os objetivos amplos e específicos delineados.

### 4. RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

O objetivo proposto por esta pesquisa é compreender a importância da avaliação psicológica no âmbito jurídico, bem como a atuação do psicólogo nas instituições de justiça no processo de avaliação psicológica. Para isso, foram selecionados 4 artigos para alcançar o objetivo previamente proposto e responder a pergunta-problema levantada.

A pesquisa de Noronha *et al.*, (2014) intitulada “Avaliação psicológica: importância e domínio de atividades segundo docentes”, tem como objetivo avaliar a percepção de importância e de domínio de algumas competências em avaliação psicológica, por meio do Questionário de Competência para Avaliação Psicológica – QCAP. Os resultados trazidos pela pesquisa possibilitam compreender que a avaliação psicológica no contexto jurídico desempenha um papel crucial em diversas situações, como a determinação da capacidade civil, avaliações de guarda e adoção, e na perícia criminal. Ainda, os autores destacam a importância de instrumentos validados e confiáveis para garantir a precisão dos diagnósticos e a justiça nas decisões judiciais.

O artigo de Grisso (2019), intitulado “Avaliando competências: avaliações e instrumentos forenses”, buscou demonstrar como a perícia psicológica insere-se nas diferentes áreas do direito e quais instrumentos e testes são mais utilizados nestas avaliações. Os resultados obtidos revelam que, no Brasil, os instrumentos mais utilizados nas perícias psicológicas são a entrevista, testes de personalidade projetivos e de inteligência, como o Rorschach. Porém, conforme o autor, no âmbito jurídico, apenas dois instrumentos são mais utilizados, estes são: PCL-R (*Psychopathy Checklist Revised*) ou Escala Hare e o IFVD (Inventário de frases no diagnóstico de violência doméstica contra crianças e adolescentes).



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

O terceiro artigo analisado é de Dourado e Silva (2016), intitulado “Avaliação psicológica e contextos de atuação: Possibilidades na relação teoria e prática”. Os autores buscam articular alguns dos contextos em que se faz uso da avaliação psicológica, considerando seu caráter científico, investigativo e interdisciplinar. Os resultados da pesquisa mostram que a avaliação psicológica se faz presente nos seguintes campos: contexto da saúde (psicodiagnóstico clínico); avaliação psicológica em demandas da saúde; avaliação psicológica no contexto jurídico; área do trânsito; organizacional e no contexto da orientação profissional. Ainda, é relatado que existe mais teoria do que prática disponíveis nos estudos realizados por Dourado e Silva (2016), o que demonstra ineficácia no processo de formação do psicólogo no Brasil.

O artigo de Neal e Grisso (2014), intitulado “Os fundamentos cognitivos do preconceito nas avaliações forenses de saúde mental”, buscou compreender a importância da utilização de ferramentas como base científica durante o processo de avaliação psicológica, assim como o preconceito existente nas avaliações forenses. Os autores, nesse artigo, observam que ainda existe preconceito na utilização de ferramentas científicas e, por isso, muitos psicólogos utilizam-se de outras ferramentas, podendo comprometer o processo de avaliação psicológica.

Com a análise dos artigos acima referidos, torna-se plausível indagar: qual a atuação do psicólogo nas instituições de justiça no processo de avaliação psicológica? Essa pergunta vem sendo feita e refeita ao longo de toda a pesquisa e toda trajetória enquanto acadêmica e profissional psicóloga, buscando a todo o tempo pela compreensão da importância da avaliação psicológica no âmbito jurídico em todas as suas facetas.

Desse modo, com a realização da análise proposta, têm-se pontos pertinentes de discussão. Iniciando pelos autores Grisso (2019) e Neal e Grisso (2014), que enfatizam a avaliação psicológica, para eles tal processo fornece uma base científica para decisões judiciais, ajudando a evitar julgamentos baseados em preconceitos ou informações insuficientes. Dourado e Silva (2016) corroboram essa visão, ao afirmarem que a avaliação bem conduzida pode influenciar positivamente o desfecho de processos judiciais, contribuindo para a proteção dos direitos individuais e para a promoção da justiça.

Acerca da atuação do psicólogo no âmbito jurídico, Noronha *et al.* (2014) destacam que o papel do psicólogo abrange diversas áreas, sendo fundamental para a avaliação de



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

competência, perfil criminal, e questões de custódia e guarda. A avaliação de competência, por exemplo, é crucial para determinar se um indivíduo possui capacidade mental para participar de um processo legal ou tomar decisões informadas. Os autores salientam que condições psicológicas podem impactar significativamente a competência de um indivíduo para se apresentar em tribunal, necessitando de uma avaliação precisa para garantir um processo justo.

Nesse mesmo contexto, Grisso (2019) enfatiza que, em casos criminais, a construção do perfil criminal, por meio da avaliação psicológica, fornece *insights* valiosos sobre a motivação e comportamento dos infratores. Ainda, a análise do perfil psicológico de criminosos permite um melhor entendimento de seus comportamentos, o que pode auxiliar na prevenção de futuros crimes.

Neal e Grisso (2014) corroboram as ideias dos outros autores quando trazem que, nas disputas de custódia, a avaliação psicológica é indispensável para determinar a capacidade dos pais e o bem-estar das crianças envolvidas. Eles observam que decisões judiciais sobre guarda e custódia, que se baseiam em avaliações psicológicas, tendem a garantir melhor o bem-estar emocional e psicológico das crianças.

É nítida a relevância da interdisciplinaridade, pois, nesses casos, torna-se uma oportunidade para o enriquecimento mútuo entre a psicologia e direito. Neal e Grisso (2014) sugerem que a colaboração interdisciplinar pode levar a uma compreensão mais profunda e abrangente dos casos trabalhados, beneficiando todos os envolvidos e profissionais.

No que tange aos desafios enfrentados pelos psicólogos que atuam na avaliação psicológica no âmbito jurídico, Grisso (2019) cita o compromisso com a ética, a necessidade de formação contínua e a supervisão como essenciais para garantir que os psicólogos mantenham altos padrões éticos e profissionais em suas avaliações. Noronha *et al.* (2014) apontam uma deficiência no processo de formação do psicólogo na área da avaliação psicológica, tal desafio é trazido também como resultado da pesquisa de Dourado e Silva (2016).

Nesse mesmo sentido, Noronha *et al.* (2014) e Neal e Grisso (2014) apontam dificuldade por parte dos psicólogos na utilização de ferramentas como base científica durante o processo de avaliação psicológica, o que confirma que há uma necessidade latente na reestruturação do processo de formação do psicólogo em avaliação psicológica.



## Interdisciplinar Boundaries of Law Journal

Com isso, ao longo de toda a análise, e com o levantamento teórico realizado, tornou-se nítida a importância da avaliação psicológica no âmbito jurídico, pois a atuação do psicólogo, nesse contexto, é indispensável para garantir decisões mais justas e embasadas cientificamente, protegendo, assim, os direitos e o bem-estar dos indivíduos envolvidos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da análise dos 4 artigos escolhidos, tornou-se evidente a importância da avaliação psicológica no âmbito jurídico, pois a atuação do psicólogo, nesse contexto, é fundamental para garantir decisões pautadas em conhecimentos científicos. Assim, a relevância das avaliações psicológicas ultrapassa os casos individuais, influenciando diretamente a maneira como a justiça é administrada e percebida pela sociedade.

Ao realizar a pesquisa, os objetivos foram alcançados e a hipótese foi confirmada, complementando-se que a atuação do psicólogo vai além do que foi levantado na hipótese, sendo o psicólogo jurídico indispensável na promoção de um sistema judicial mais justo e humanizado. No entanto, a prática enfrenta desafios que requerem padronização, formação contínua e uma abordagem ética rigorosa. Com esses esforços, a avaliação psicológica pode continuar a desempenhar um papel crucial na promoção da justiça.

Ainda cabe salientar que existiram limitações ao longo do desenvolvimento deste estudo, quais sejam: difícil acesso a artigos gratuitos nas bases de dados da Internet e links expirados das revistas on-line disponíveis pelas Universidades.

Com isso, sugere-se que novas pesquisas sejam feitas em relação ao tema, principalmente pesquisas de campo, aprofundamento nos quesitos citados, e como de fato é o papel do psicólogo e sua atuação, tendo em vista a relevância e a importância do tema para toda a sociedade, e principalmente para que novos mecanismos de avaliação psicológica possam ser desenvolvidos e padronizados com a realização dessas pesquisas.



## **Interdisciplinar Boundaries of Law Journal**

### **REFERÊNCIAS**

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica**: princípios e fundamentos. 3. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2021.

BORSA, Juliane Callegaro. Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 131-143, 2016.

BUENO, José Maurício Haas; PEIXOTO, Evandro Moraes. Avaliação psicológica no Brasil e no mundo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 108-121, 2018.

CARVALHO, Maria Cecilia M. de. **Construindo o saber**: metodologia científica-fundamentos e técnicas. São Paulo: Papirus Editora, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 006/2019**. Brasília: CFP, 2019.

DANTAS, Tayora; SAAVEDRA, Luísa; CRISTINA MARQUES MARTINS, Paula. Avaliação Psicológica Jurídica em Processos de Guarda no Brasil: Práticas Profissionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 39, 2023. DOI: 10.1590/0102.3772e39409.en. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/40940>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DOURADO, Larissa Façanha Mattos; SILVA, Rafael Sousa. Avaliação psicológica e contextos de atuação: possibilidades na relação teoria e prática. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em:  
<https://revista.unifametro.edu.br/index.php/RDA/article/view/113> Acesso em: 19 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos; VERGARA, Sylvia Constant. **Tipo de pesquisa**. Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, p. 31, 2015.

GOLDSTEIN, Alan M. **Forensic Psychology**: Emerging Topics and Expanding Roles. 2. ed. Hoboken: Wiley, 2019.

GRISSO, Thomas. **Evaluating Competencies**: Forensic Assessments and Instruments. 2. ed. New York: Springer, 2019.

HELGOTT, Jacqueline B.; WALLENBORN, Joslyn K. **History of forensic psychology**. Clinical forensic psychology: Introductory perspectives on offending, p. 1-26, 2022.

HUTZ, Claudio Simon. O que é avaliação psicológica: métodos, técnicas e testes. **Psicometria**, v. 1, p. 11-21, 2015.



## **Interdisciplinar Boundaries of Law Journal**

JUSBRASIL. **A avaliação psicológica no contexto jurídico:** métodos e abordagens. 2023. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-avaliacao-psicologica-no-contexto-juridico-metodos-e-abordagens/1896396316> Acesso em: 19 jun. 2024.

NEAL, Tess MS; GRISSO, Thomas. Assessment practices and expert judgment methods in forensic psychology and psychiatry: an international snapshot. **Criminal Justice and Behavior**, v. 41, n. 12, p. 1406-1421, 2014.

NORONHA, Ana Paula Porto *et al.* Avaliação Psicológica: importância e domínio de atividades segundo docentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2014.

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; LAGO, Vivian De Medeiros. **A psicologia jurídica e as suas interfaces:** um panorama atual. Editora UFSM, 2022.

WEINER, Irving B.; HESS, Allen K. **Practicing ethical forensic psychology.** The handbook of forensic psychology, p. 85-110, 2014.